



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA NA GESTÃO,
RECOLHIMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE
RESÍDUOS ESPECIAIS DOS GRUPOS A (SUBGRUPOS
A1, A2 E A4), B, E E DA UENF**

Com base na Lei nº 14.133/21 e regulamentos estaduais vigentes



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

1. DO OBJETO

- 1.1. Licitação na modalidade Pregão para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recolhimento de resíduos especiais da UENF, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2. Justificativa da contratação
- 1.3. Instrumentos de planejamento
- 1.4. Disponibilidade Orçamentária e Financeira
- 1.5. Classificação dos serviços da contratação

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. Definição do objeto
- 2.2. Disposições Gerais
- 2.3. Identificação dos itens, quantidades e unidades
- 2.4. Informações Complementares
- 2.5. Definição da natureza

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. Duração do contrato
- 3.2. Reajuste de preços
- 3.3. Garantia
- 3.4. Critérios e práticas de sustentabilidade
- 3.5. Possibilidade de subcontratação
- 3.6. Possibilidade de participação de Consórcio
- 3.7. Possibilidade de participação de Cooperativa
- 3.8. Reserva de cota de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual
- 3.9. Incidência do Programa de Integridade

4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO

- 4.1. Qualificação Técnica
- 4.2. Qualificação Econômico-Financeira

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. Instrumentos necessários
- 5.2. Agentes que participarão da gestão do contrato
- 5.4. Obrigações das partes
- 5.5. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos
- 5.6. Critérios de medição por Acordo de Nível de Serviço
- 5.7. Recebimento provisório e definitivo do objeto
- 5.8. Pagamento
- 5.9. Termo de Encerramento do Contrato e Prestação de Contas
- 5.10. Boas Práticas

6. REMUNERAÇÃO DO OBJETO

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: SEI-260002/001945/2025

Apresentação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA GESTÃO, RECOLHIMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS ESPECIAIS DOS GRUPOS A (SUBGRUPOS A1, A2 E A4), B, E E DA UENF, Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea 'a' e inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos Estaduais nº 48.778/2023, 48.816/2023 e 48.929/2024.

Órgão Contratante/Gerenciador: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prazo do Contrato: 24 (vinte e quatro) meses

Objeto: Contratação de serviços de recolhimento de resíduos especiais.

Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, após o recebimento definitivo do objeto.

Regime de Execução do Objeto: Empreitada por preço global



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

1. DO OBJETO

1.1. Licitação na modalidade Pregão para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recolhimento de resíduos especiais da UENF, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

1.2. Justificativa da contratação

(inciso I, art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

A UENF possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos que contém diretrizes para delimitar o acondicionamento, o recolhimento e a destinação final dos resíduos especiais gerados em suas instalações.

A coleta, transporte e destino final inadequados desses resíduos podem trazer riscos a todos os servidores, alunos e terceirizados envolvidos neste processo, à população em geral e à natureza. A ausência de tratamento e a disposição final inadequada desses resíduos podem ocasionar consequências ainda mais graves para o meio ambiente, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuírem para a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças e a contaminação de catadores. Deste modo, estas atividades devem ser orientadas pelos princípios da biossegurança e prevenção de acidentes.

Com a contratação de uma empresa especializada, devidamente licenciada, pelos órgãos ambientais e sanitários estaduais e municipais, para a prestação de serviço de coleta diária, transporte, tratamento e disposição final desses grupos de resíduos, o serviço será feito da forma a atender a legislação vigente, com profissionais capacitados para tal atividade, estando em conformidade com o que prevê a Lei Federal 12.305 de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); a RDC nº 222 de 28 de março de 2018 que regulamenta as boas práticas de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde; Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005 que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos serviços de saúde; Instrução Normativa MAPA nº 48 de 17 de outubro de 2019 que estabelece as regras sobre o recolhimento, transporte, processamento e destinação de animais mortos e resíduos da produção pecuária como alternativa para a sua eliminação nos estabelecimentos rurais.

A UENF possui dentro de sua hierarquia institucional um modelo centrado nos laboratórios. O organograma é formado pela Administração (Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias Administrativas e Casa de Cultura Villa Maria), quatro Centros e um Hospital Veterinário (HVET): Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), Centro de Ciências do Homem (CCH) e Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB). Destes, o CCT, CCTA, CBB e HVET geram resíduos especiais.

Estes Centros, em seus Laboratórios e, mais os setores do HVET, durante as atividades de pesquisas, atividades de ensino e atendimentos, geram resíduos especiais, que não podem ser descartados como lixo comum, necessitando de acondicionamento, recolhimento e tratamento especial em seu destino, para evitar riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada é imprescindível para que estes resíduos gerados na universidade sejam recolhidos, transportados e tenham um destino final em conformidade com a legislação vigente, protegendo a vida humana e a natureza.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

As empresas especializadas possuem tecnologia, equipamentos e mão-de-obra adequada para realizar o manejo dos resíduos de maneira segura e eficiente, minimizando riscos ocupacionais e ambientais.

Os resíduos especiais produzidos pela Universidade são classificados conforme a Lei federal nº. 12.305/2010, Resolução ANVISA RDC nº 222/2018, ABNT NBR 10004 e a Resolução CONAMA nº 358/2005, estão listados na tabela abaixo:

Grupo A: resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecções.	
Subgrupo A1	Tratados na unidade geradora, resultantes de atividades de ensino e pesquisa com microrganismos patogênicos ou organismos geneticamente modificados (OGMs), resíduos de fabricação de produtos biológicos (exceto os hemoderivados), meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas de processos de assistência à saúde animal; sobras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde animal, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma líquida; bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponente rejeitadas por contaminação ou má conservação, ou com prazo de validade vencido e aquelas oriundas de coleta incompleta.
Subgrupo A2	Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais de diferentes portes, submetidos a processos de experimentação com inoculação de micro-organismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.
Subgrupo A4	Cadáveres, carcaças, peças anatômicas de animais não inoculados, que podem ter acondicionamento, transporte e gerenciamento diferenciados de acordo o porte do animal; Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados; Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, ou similares; Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções provenientes de animais que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4 e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação ou microrganismo causador de doença emergente; Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre; Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.
Grupo B: Resíduos Químicos são aqueles que contêm substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente; Resíduos de saneantes, desinfetantes; Resíduos contendo metais pesados; Reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes; Produtos hormonais, antimicrobianos; citostáticos; Antineoplásicos; Imunossuppressores; Digitálicos; Imunomoduladores; Anti Retrovirais, quando descartados por serviços de saúde; Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores); Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas.	
Grupo E: Resíduos perfurocortantes ou escarificantes, como as lâminas de barbear,	



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; Tubos capilares; Micropipetas; Lâminas e lamínulas; Espátulas; E todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório de análises, ponteiras descartáveis de pipetas automáticas e outros similares.

1.3. Instrumentos de planejamento

A presente contratação consta no Plano de Contratações Anual/RJ 2024, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 48.760/2023.

ID PCA no PNCP: 42498600000171-0-000030/2025

Data de publicação no PNCP: 01/08/2024

ID do item no PCA: 4760

1.4. Disponibilidade Orçamentária e Financeira

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2025.

Natureza da Despesa: 339039-90

Fonte de Recursos: 1.500.100

Programa de Trabalho: 12.122.00002.2016

1.5. Classificação dos serviços da contratação

O serviço descrito neste TR possui natureza comum, de caráter continuado, sem alocação de mão-de-obra, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no processo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, Inciso XIII e Art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Definição do objeto

(inciso III, art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recolhimento de resíduos especiais da UENF.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

2.2. Disposições Gerais

2.2.1. Para fins desta contratação, considera-se:

2.2.1.1. Órgão ou Entidade: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

2.2.1.2. Pregão Eletrônico: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, ocorrendo a disputa à distância e em sessão pública, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições (SIGA);

2.2.1.3. Proposta detalhada: documento elaborado pelo licitante detentor da melhor proposta ou dos lances de menor valor, com a descrição de sua proposta detalhada, especificando os valores ofertados para os itens;

2.2.1.4. Instrumento de contrato: instrumento de formalização do acordo de vontades, previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/21;

2.2.1.5. Contratante: Órgão ou Entidade subscrita no instrumento contratual como responsável pela contratação, na forma do art. 6º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.1.6. Contratado: Licitante habilitado para firmar contrato com o Órgão ou Entidade contratante, na forma do art.6º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021;

2.3. Identificação dos itens, quantidades e unidades

A modalidade do procedimento, conforme identificação padronizada do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições – SIGA, é apresentada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Quantidade Estimada

CÓDIGO DE DESPESA : 3 3 9 0 3 9 - 9 0					
ITEM	ID PCA	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT/ 24 MESES
001	4760	129067	SERVICO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS,DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS QUÍMICOS (REAGENTES) E BIOLÓGICOS DE LABORATÓRIO Código do Item: 0368.002.0008	SERVIÇO	01



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

			(ID - 129067)		
1.1			Resíduo categoria A (A1, A2 e A4)	KG	21.960
1.2			Resíduo categoria B	KG	7.800
1.3			Resíduo categoria E	KG	962,40

OBS.: O QUANTITATIVO EM KG É O TOTAL ESTIMADO PARA 24 (VINTE E QUATRO) MESES

2.4. Informações Complementares

Prestação de serviços continuados, com coleta semanal. Como os resíduos do subgrupo A1 requerem uma coleta regular, com periodicidade diferente dos demais resíduos, há necessidade que a coleta destes rejeitos seja feita semanalmente.

Os geradores destes resíduos se localizam nos laboratórios do Centro de Ciência e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), Hospital Veterinário (HVET), LENEP (Macaé).

Apresentamos o detalhamento a seguir para efeito de informação:

ESTIMATIVA PARA COLETA		
Tipo de resíduo	Quant. (kg/ano)	Quant. (kg/24 meses)
A	10.980	21.960
B	3.900	7.800
E	481,2	962,40

DETALHAMENTO POR LABORATÓRIO:

LEVANTAMENTO ANUAL DE RESÍDUOS REALIZADO NOS LABORATÓRIOS E CENTROS DA UENF				
CENTRO	LABORATÓRIO	TIPO DE RESÍDUO (GRUPO)	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA (KG)	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA (KG)
CCTA	LCCA	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LEAG	Subgrupo A1	0,00	0,00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LFIT	Subgrupo A1	1	12,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	1,00	12,00
		Grupo E	1,00	12,00
	LEF	Subgrupo A1	40,00	480,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	5,00	60,00
		Grupo E	2,00	24,00
	LMGV	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	2,00	24,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LMPA	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LRMGA	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LSA	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LTA	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	9,00	108,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LZO	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LSOL	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,00	0,00
CCT	LCQUI	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	40,00	480,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LCFIS	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	5,00	60,00
		Grupo E	0,10	1,20
	LECIV	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	5,00	60,00
		Grupo E	2,00	24,00
	LAMAV	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	8,00	96,00
		Grupo E	2,00	24,00
	LENEP	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	6,00	72,00
		Grupo E	0,00	0,00
	LAMET	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,00	0,00
CBB	LBCT	Subgrupo A1	11,00	132,00
		Subgrupo A2	50,00	600,00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

		Subgrupo A4	20,00	240,00
		Grupo B	8,00	96,00
		Grupo E	10	120
	LBR	Subgrupo A1	10,00	120,00
		Subgrupo A2	1,00	12,00
		Subgrupo A4	11,00	132,00
		Grupo B	0,00	0,00
		Grupo E	0,50	6,00
	LBT	Subgrupo A1	2,00	24,00
		Subgrupo A2	1,00	12,00
		Subgrupo A4	2,00	24,00
		Grupo B	4,00	48,00
		Grupo E	3,00	36,00
	LFBM	Subgrupo A1	48,00	576,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	2,00	24,00
		Grupo E	0,50	6,00
	LQFPP	Subgrupo A1	7,00	84,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	11,00	126,00
		Grupo E	1,00	12,00
	LCA	Subgrupo A1	0,00	0,00
		Subgrupo A2	0,00	0,00
		Subgrupo A4	0,00	0,00
		Grupo B	15,00	180,00
		Grupo E	0,00	0,00
HVET	HVET	Subgrupo A1	11,00	132,00
		Subgrupo A2	400,00	4800,00
		Subgrupo A4	300,00	3600,00
		Grupo B	204,00	2448,00
		Grupo E	18,00	216,00

TOTALIZAÇÃO DE DADOS LABORATÓRIOS/CENTROS			
TIPO DE RESÍDUO (GRUPO)	TIPO DE RESÍDUO (SUBGRUPO)	TOTAL MENSAL (KG)	TOTAL ANUAL (KG)
Grupo A	Subgrupo A1	130,00	1.560,00
	Subgrupo A2	452,00	5.424,00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

	Subgrupo A4	333,00	3.996,00
TOTAL Grupo A		915,00	10.980,00
TOTAL Grupo B		325,00	3.900,00
TOTAL Grupo E		40,10	481,20
	Quantidade Total	1.280,10	15.361,20

2.5. Definição da natureza

2.5.1. Condições gerais

Serviço de prestação continuada, com recolhimento semanal para resíduos do subgrupo A1 e sob demanda para os A2 e A4, e os grupos B e E.

2.5.2. Vistoria prévia

É facultado às empresas interessadas comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo.

A empresa interessada, quando da visita física para a realização da vistoria técnica nas instalações onde os serviços serão prestados, deverá estar munida de 02 (duas) vias do Anexo I - Atestado de Visita Técnica, devendo o representante legal da empresa assiná-lo e solicitar a assinatura do servidor do órgão contratante responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida, devendo ser entregue pela contratada vencedora em conjunto com os documentos de habilitação.

A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus da empresa interessada, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, a empresa resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da contratação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual. Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração da empresa no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local e eventual extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução.

O agendamento para a realização de vistoria técnica poderá ser feito com o seguinte órgão: Prefeitura da UENF, por meio do e-mail prefeitura@uenf.br, ou por meio do telefone (22) 27397018, em dias úteis nos horários de 09:00 às 17:00 horas, contatado até 3 (três) dias úteis do início do período das propostas.

2.5.2. Condição de fornecimento do serviço

(inciso IV, 'c' e 'd' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

- a) Serviço de prestação continuada, com recolhimento semanal para resíduos do subgrupo A1 e sob demanda para os A2 e A4, e os grupos B e E.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- b) Endereço 1: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF - *Campus* Leonel Brizola -Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia - CEP 28013-602 - Campos dos Goytacazes - RJ.
- c) Endereço 2: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF - *Campus* Carlos Alberto Dias - Av. Brennand, s/nº - Parque Industrial Bellavista - CEP 27925535 - Macaé - RJ.
- d) Horário de coleta dos resíduos: 07 às 11h, de segunda à sexta-feira.
- e) Locais de coleta:
 - i) *Campus* Leonel Brizola: Hospital Veterinário - HVET (câmara fria), Hospital Veterinário - HVET (área de armazenamento de resíduos), Unidade de Apoio à Pesquisa - UAP Animal (área de expansão II), P4 (área de armazenamento de resíduos), Central Temporária de Resíduos - CTR, P3 - CCT (galpão);
 - ii) *Campus* Carlos Alberto Dias: Garagem do *campus*.
- f) A empresa Contratada deverá atender, estritamente, as especificações constantes do Processo, em especial ao Termo de Referência, sendo, posteriormente, atestados pela comissão de fiscalização do contrato.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Duração do contrato

(inciso IV, 'b' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

O prazo inicial de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até limite legal por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, após análise de vantajosidade para a Contratante.

3.2. Reajuste de preços

3.2.1. Repactuação

Não se aplica a esta contratação.

3.2.2. Reajuste em sentido estrito

Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

3.3. Garantia

(inciso V, 'a' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco inteiros por cento) de seu valor inicial.

3.4. Critérios e práticas de sustentabilidade

A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme a legislação vigente: Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a RDC nº 222 de 28 de março de 2018 que regulamenta as boas práticas de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde; Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005 que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos serviços de saúde; Instrução Normativa MAPA nº 48 de 17 de outubro de 2019 que estabelece as regras sobre o recolhimento, transporte, processamento e destinação de animais mortos e resíduos da produção pecuária como alternativa para a sua eliminação nos estabelecimentos rurais; normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Vigilância Sanitária Municipal; normas dos órgãos ambientais municipais, estadual e federal.

A CONTRATADA deve atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o disposto no Decreto 48.816/2023 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, devendo também contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade socioambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com a Lei 14.133/2021.

3.5. Possibilidade de subcontratação

(inciso VI, 'c' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

É admitida a subcontratação parcial do objeto, visto a variedade de resíduos gerados, nas seguintes condições:

- a) É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na coleta e transporte dos resíduos.
- b) A subcontratação fica limitada ao tratamento e destinação final dos resíduos.
- c) Deverá ser apresentada carta de anuência ou contrato formalizado com a empresa subcontratada demonstrando sua ciência e concordância no atendimento dos resíduos.
- d) Dos Resíduos do Grupo A, B e E, a empresa Contratada deverá apresentar a carta



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

de anuência ou o contrato com a empresa subcontratada em relação ao processo de destinação final.

- e) No caso de exportação dos resíduos para outros estados da Federação, apresentar autorização do órgão ambiental do Estado importador conforme parágrafo segundo do Art. 17 da lei 7.862 de 2002.
- f) Para cada empresa subcontratada deverão ser apresentados todos os documentos necessários à demonstração da regularidade da mesma para com a legislação vigente para o exercício da atividade (alvarás, licenças e autorizações).
- g) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- h) A Contratada compromete-se a substituir a subcontratada, imediatamente, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

3.6. Possibilidade de participação de Consórcio

(inciso VI, 'b' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Conforme o art. 15 da Lei nº 14.133/21, c/c art. 17, VI, alínea "b", do Decreto nº 48.816/23, será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.

As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Universidade por todos os atos praticados pelo consórcio.

Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo no edital da licitação.

3.7. Possibilidade de participação de Cooperativa

(inciso VI, 'd' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

3.8. Reserva de cota de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual

(inciso VI, 'e' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

A licitação não será exclusivamente reservada à participação de micro e pequenas empresas – ME/EPP, por não atender aos requisitos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.9. Incidência do Programa de Integridade

Não se aplica a esta contratação.

4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO

4.1. Qualificação Técnica

Deverá ser conforme a legislação vigente, em conformidade às exigências sanitárias e ambientais municipais e estaduais, atendendo à RDC nº 222 de 28 de março de 2018 e Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005.

A documentação relativa à qualificação técnica está prevista no art. 67 da Lei nº 14.133/21, conforme abaixo:

A Licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, para efeito de comprovação de aptidão para a contratação em similaridade ao do objeto, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a interessada já tenha prestado serviços ou fornecido materiais similares, sendo estes apresentados com o timbrado do emitente, assinatura do responsável do setor e carimbo, o qual a UENF se reserva o direito de consulta da veracidade do certificado bem como o pronto atendimento das obrigações ao órgão que as emitiu solicitando a comprovação do fornecimento ou verificando em sites de controle de emissão de notas fiscais ou sites governamentais.

4.2. Qualificação Econômico-Financeira

A documentação relativa à qualificação econômica-financeira exigida conforme abaixo:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.
- b) Não será causa de inabilitação da Contratada a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(inciso V, 'c' art. 17 Decreto nº 48.816/2023 c/c art. 17 a 19 do Decreto nº 48.817/2023)

5.1. Instrumentos necessários



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.1.1. Termo de ciência de designação - documento a ser juntado no processo principal da contratação, o qual conste expressa ciência de designação dos respectivos agentes para atuação como gestor e fiscal do contrato de recolhimento de resíduos especiais, em consonância com o parágrafo, art. 10, do Decreto 48.817;

5.1.2. Ato de nomeação - publicação no Diário Oficial do Estado com a designação para atuação na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato (quando houver, em observância aos casos de dispensa legal de publicação de contrato, previsto no § 5º, art. 7º, do Decreto 48.817);

5.1.3. Termo de Referência;

5.1.4. Mapa de Riscos

5.1.5. Proposta da empresa – detalhamento da formação dos preços apresentada pela CONTRATADA;

5.1.6. Documentos de Habilitação;

5.1.7. Registro de Ocorrência - documento qual são anotados periodicamente todos os eventos relacionados à execução do contrato e, quando houver, deverá ser formalizado; e

5.1.8. Instrumento de Contrato.

5.2. Agentes que participarão da gestão do contrato

5.2.1. Em consonância com o estabelecido no Decreto nº 48.817/23, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações, os agentes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da gestão serão:

5.2.1.1. Gestor do contrato:

5.2.1.2. Fiscais:

5.2.2.1. Fiscais técnicos, com as atribuições definidas no art. 5º, inciso I, do Decreto nº 48.817/23, devendo ser detentores de conhecimentos técnicos inerentes ao objeto;

5.2.2.2. Fiscal setorial, para acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos quando a prestação do objeto ocorrer simultaneamente em setores distintos ou em unidades desconcentradas;

5.2.2.3. Fiscal administrativo, para atuação no recebimento e conferência de documentação.

Os seguintes servidores ficarão responsáveis pela fiscalização técnica, setorial e administrativa:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Nome: Diogo de Abreu Meireles - ID funcional: 642456-2 - Gestor (CiBio)
Nome: Adriana Faria da Silva Corrêa - ID funcional: 641400-1 - Fiscal (CBB)
Nome: Maria Clara Caldas Bussiere - ID funcional: 641271-8 - Fiscal (CCTA)
Nome: Helena Kiyomi Hokamura - ID funcional: 4180836-3 - Fiscal (HVET)
Nome: Rodrigo Rodrigues de Oliveira - ID funcional: 4284279-4 - Fiscal (CCT)

5.3. Rotinas de Fiscalização

5.3.1. Cabe à Fiscalização Técnica: verificar o cumprimento das disposições contratuais nos aspectos técnicos. Os fiscais técnicos devem exercer um acompanhamento zeloso e diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a Contratada vem respeitando, nos aspectos técnicos, a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.

5.3.2. Cabe à Fiscalização Setorial: acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos quando a prestação do objeto ocorrer simultaneamente em setores distintos ou em unidades desconcentradas (não é o caso desta contratação).

5.3.3. Cabe à Fiscalização Administrativa: acompanhar os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, e quanto ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

5.3.4. Compete ao Gestor do Contrato: gerenciar, planejar e acompanhar a atuação da Contratada, padronizando procedimentos de fiscalização e propiciando orientações de caráter preventivo.

5.4. Obrigações das partes

5.4.1. Obrigações do Contratante:

- A. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, por empregado público especialmente designado pela unidade CONTRATANTE sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- B. Efetuar o pagamento mensal dos serviços fornecidos pela CONTRATADA após a apresentação da respectiva nota fiscal com o devido “atesto” da equipe de fiscalização e gestão do contrato;
- C. Observar que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- D. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com as boas práticas de gestão e capacidade, disponibilidade e continuidade;
- E. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- F. Notificar a CONTRATADA quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- G. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - H. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - I. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
 - J. Efetuar retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura da contratada, no que couber;
 - K. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados ao presente objeto.

5.4.2. Obrigações da Contratada:

- A. Executar os serviços, conforme especificações deste Termo de Referência.
- B. Apresentar POP (Procedimento Operacional Padrão) para análise da contratante.
- C. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os art. 14, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada o valor correspondente aos danos sofridos.
- D. Utilizar na prestação dos serviços profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- E. Não permitir, na execução dos serviços objeto desta contratação, a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- F. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- G. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos no inciso II alínea 'd' do art. 124 da Lei nº 14133/2021.
- H. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações em que houver prestação dos serviços.
- I. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- J. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe totalmente os ônus decorrentes.
- K. Manter seus empregados, quando nas dependências da UENF, devidamente uniformizados e identificados com crachá subscrito pelo fornecedor, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4.
- L. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

assumindo como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

- M. Designar um profissional (nome e telefone), como Responsável Técnico, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores. Tal profissional reportar-se-á diretamente à Unidade demandante.
- N. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- O. Manter, durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- P. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Q. Garantir que todos os funcionários envolvidos no trabalho estejam sempre portando vestimentas adequadas e Equipamentos de Proteção (EPI/EPC) condizentes com o tipo de trabalho executado, obedecendo as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, Normas ABNT e demais exigências de segurança em vigor., devendo possuir o certificado de aprovação para o uso.
- R. Garantir a coleta na frequência relacionada neste contrato, mesmo no caso de situações adversas no processo operacional da empresa e será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha a causar à Contratante caso tenha suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas à utilização de materiais e produtos inadequados na execução dos serviços.
- S. A destinação final dos resíduos coletados deverá ser de acordo com normas ambientais vigentes, para Aterro Sanitário Licenciado, compatível com o tipo de resíduo a ser disposto, seguida de emissão de Certificação de Destinação Final com periodicidade mensal, constando o quantitativo total do mês de coleta.
- T. O tratamento e disposição final ambientalmente adequado deverão ser realizados obedecendo as Normas da legislação vigente no que se referem aos procedimentos, processos, produtos e preservação do meio ambiente.
- U. A Contratada irá receber da Contratante o manifesto dos resíduos com assinatura do gerador, a qual, deverá devolver o manifesto dos resíduos com devidas assinaturas correspondentes à área do transportador e receptor, com 24 horas após a coleta dos referidos resíduos.
- V. Emitir mensalmente o Certificado de tratamento e destinação final dos resíduos coletados, de acordo com os MTR's emitidos no corrente mês e classificação de resíduos.
- W. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços da contratante.
- X. A empresa deverá apresentar à Contratante o PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, de acordo com a NR 09, atualizado;
- Y. Apresentar de seis em seis meses, declaração da realização de cursos, aperfeiçoamentos de Prevenção de Acidentes comuns à atividade envolvida, Prevenção e Combate Contra Incêndio, Métodos e Padrões Básicos de Trabalho



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

visando critérios e orientação de precauções gerais e de segurança no trabalho, Noções de Acidente do Trabalho, com Primeiros Socorros, noções básicas de uso de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

5.4.2.1. Fornecimentos Acessórios

A empresa contratada deverá disponibilizar uniformes e equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos seus funcionários envolvidos diretamente no processo de coleta dos resíduos, conforme preconizado pela NR 6 e NR 32 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

A CONTRATADA é plenamente responsável por seus prepostos, devendo adotar prontamente as medidas necessárias e legais cabíveis em caso de acidente de trabalho ou acometimento súbito por doenças de qualquer espécie.

A CONTRATADA deverá oferecer orientação e treinamento ao pessoal da UENF envolvido no processo de descarte de resíduos especiais, orientando sobre a segregação dos diferentes resíduos e seu correto acondicionamento até o recolhimento, fornecendo os insumos consumíveis necessários para o correto acondicionamento dos diversos tipos de resíduos, conforme mencionado anteriormente.

A proposta de preço deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do serviço com todas as especificações mínimas exigidas.

5.4.3. Obrigações do Órgão Gerenciador

Não se aplica a esta contratação.

5.5. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos

A comunicação entre o Contratante, a Contratada e os agentes de execução contratual deverá seguir os canais oficiais, sempre mantendo atualizado o processo de Gestão de Fiscalização do contrato.

5.5.1. Comunicações do Contratante com os agentes da execução contratual: qualquer comunicação entre os representantes do Contratante e os agentes da execução deverá ser feita via documentos no Processo Administrativo e/ou Execução, por meio de mensagens de correio eletrônico ou mesmo por reuniões presenciais.

5.5.2. Comunicações da Contratada com os agentes da execução contratual: as comunicações oficiais deverão ser efetuadas via mensagens de correio eletrônico ou reuniões presenciais.

5.5.3. Comunicações do Órgão Gerenciador com os agentes da execução contratual: não se aplica a esta contratação.

5.6. Critérios de medição por Acordo de Nível de Serviço

(inciso IV, 'e' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Índice de Medição de Resultados - IMR

O Instrumento de Medição de Resultados - IMR tem como objetivo definir, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.

O grau de eficiência da prestação dos serviços contratados será verificado mediante avaliação do gestor e do(s) fiscal(is) do contrato, de acordo com os seguintes critérios:

- Na avaliação da prestação dos serviços será utilizado formulário contendo os fatores de avaliação elaborados pela administração da Contratante, em que será atribuída pontuação de 0 a 10 para fator avaliado;
- O resultado da avaliação será obtido pela soma das pontuações resultante das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito RUIM para o resultado de 7 a 10 pontos; REGULAR para o resultado de 4 a 6,9 pontos e BOM abaixo de 4,0 pontos;
- A avaliação que resultar no conceito REGULAR pela segunda vez consecutiva ou intercalada obriga a Contratada a reduzir o valor da fatura do correspondente mês da avaliação para 98% (noventa e oito por cento) do seu valor; para 97% (noventa e sete por cento) do seu valor quando a avaliação resultar no conceito RUIM, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 assegurado o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Modelo de Formulário para registro e pontuação das ocorrências:

OCORRÊNCIAS	PONTOS
Não utilizar EPI's e EPC's necessários à execução dos serviços.	1
Permitir a presença de empregado sem uniforme, sem crachá, por empregado e por ocorrência.	0,5
Não comparecimento e/ou atrasos nas coletas dos resíduos dentro dos prazos estipulados sem devida justificativa.	2
Deixar de zelar pelas instalações da UENF onde será feita a prestação dos serviços.	1
Baixa qualidade dos serviços prestados quanto aos padrões exigidos pelo contratante (agilidade, presteza, cordialidade, eficiência e outros.)	1
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	1
Serviços não executados de acordo com o protocolo estabelecido pela UENF.	1
A destinação final dos resíduos do Grupo A, B e E efetuadas em desconformidade com o contrato e legislação vigente.	3
Descumprimento de obrigações quanto ao fornecimento de certificados de tratamento dos resíduos.	2



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Não atender a convocações para tratar de assuntos inerentes ao Contrato, ou não apresentar justificativa formal aceita pela Contratante.	1
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante.	1
Recusar-se a executar determinação e notificação da fiscalização, sem motivo justificado.	0,5

O somatório total da pontuação decorrente dos registros de ocorrências servirá como base para que o Contratante aplique a glosa mensal, de modo que, atingindo a pontuação necessária à configuração de uma glosa, esta será aplicada sobre o valor apurado do Nota Fiscal/Fatura do mês referente ao da avaliação. A glosa poderá ser aplicada no mês de competência da Nota Fiscal /Fatura ou no mês subsequente.

a) Glosas previstas conforme somatório total da pontuação decorrente da Avaliação da Qualidade do Serviço:

PONTUAÇÃO	AVALIAÇÃO	GLOSA
De 7 a 10 pontos	BOM	Comunicado (sem aplicação de Glosa)
De 4 a 6,9 pontos	REGULAR	Comunicado. Havendo reincidência de avaliação com resultado REGULAR, consecutiva ou intercalada haverá nova advertência e glosa de 2%(dois por cento) do valor da NF.
De 3,9 a 0,0 pontos	RUIM	Glosa de 3% (três por cento) do valor da NF

5.7. Recebimento provisório e definitivo do objeto

- Os serviços serão recebidos provisoriamente, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparados no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- e) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- f) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- g) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8. Pagamento

(inciso IV, 'f' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

O pagamento será realizado mensalmente, sendo o vencimento para 30 (trinta) dias após a referida aprovação da respectiva nota fiscal fatura.

Todos os impostos estão inclusos.

O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente mantida em instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, atualmente Banco BRADESCO S/A, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

No caso de verificado pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

Em casos excepcionais, o pagamento pode ser via boleto bancário, emitido a favor da CONTRATADA, sendo este com prazo de vencimento para 30 (trinta) dias após a entrega dos bens/serviços. Para a efetivação do pagamento, deverá haver autorização expressa da autoridade competente da CONTRATANTE, mediante informação da CONTRATADA de que não possui conta-corrente no Banco BRADESCO e de que não há a possibilidade de abrir conta nesta instituição bancária, documento este que será juntado ao referido processo administrativo.

A despesa estimada para essa contratação deverá ocorrer no exercício de 2025, conforme a dotação orçamentária descrita no item 1.4.1 deste Termo de Referência e a Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira juntada ao processo SEI.

A CONTRATANTE reserva-se ao direito de reter os pagamentos pendentes, sem incidir em qualquer multa, caso seja constatada alguma irregularidade nesta contratação e de acordo com o estabelecido neste Instrumento, até que sejam sanados todos os problemas, desde que as falhas sejam devidamente comprovadas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Sobre os valores não liquidados nas datas de seus vencimentos, desde que não sejam por motivos indicados no montante acima, incidirá a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, desde a data do vencimento, até a data do efetivo pagamento, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados “pro rata die”.

A Nota Fiscal a ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado previamente, bem como da Nota de Empenho, subsequentemente à efetiva entrega do equipamento e deverá ser entregue no órgão CONTRATANTE para atesto do material e posterior pagamento, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ.

5.9. Termo de Encerramento do Contrato e Prestação de Contas

Documento a ser elaborado oportunamente pelo Setor de Contratos da UENF - SETCONT, na forma do art. 23 do Decreto nº 48.817/2023.

5.10. Boas Práticas

Os agentes responsáveis pela gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato deverão, ao longo da vigência contratual, exercer um acompanhamento zeloso, tendo por finalidade verificar e exigir que a Contratada atue respeitando todos os aspectos técnicos, a legislação vigente e as normas técnicas, de modo a garantir um produto final com a qualidade compatível e desejada.

6. REMUNERAÇÃO DO OBJETO

A Contratada deverá providenciar o faturamento mensalmente, após a efetiva realização dos serviços e cumprimento das obrigações contratuais, o que será fiscalizado e aprovado pela Equipe de Fiscalização, com o devido encaminhamento para pagamento.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

(inciso VI, 'a' e art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Será utilizado o instrumento de Licitação por Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Estaduais nº 48.816/2023 e 48.778/2023.

O julgamento será com base no **menor preço global**, conforme o art. 8º do Decreto Estadual nº 48.778/2023 e a Lei Federal nº 14.133/2021, com modo de disputa aberto e fechado.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios constantes do Art. 60 da Lei 14.133/2021. Serão observados os critérios de julgamento conforme o Capítulo V da Lei 14.133/2021.

A execução do contrato será no regime de empreitada por preço unitário.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou contratado estará sujeito às penalidades na forma dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Os procedimentos e dúvidas terão como diretrizes o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo os casos omissos resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, observando os princípios que norteiam o agir da Administração Pública.
- b) Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.
- c) Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização, a quem caberá deliberar sobre o assunto.

10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Equipe de Planejamento da Contratação:

Elaborador do Termo de Referência
Nome: Rogério Almeida Ribeiro de Castro
Cargo: Diretor da Prefeitura da UENF
ID Funcional: 641565-2
Telefone: (22)27486011
E-mail:prefeitura @uenf.br